

DIAGNÓSTICO DE ADEQUAÇÃO AO CPC 27, COMO PROPOSTA DE UM ROTEIRO PARA TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS COLABORADORES DA FERRARI ORGANIZAÇÕES E AVALIAÇÕES PATRIMONIAIS

Gabriel Boniatti¹
Lindônês Bisuti Lemos²

Resumo: Este estudo trata de um modo geral as mudanças que foram estabelecidas a partir da aprovação da lei 11.638/07. Em seguida vieram os pronunciamentos do CPC para divulgar as informações sobre a convergência dos novos padrões internacionais a serem adotados. Observou-se em especial o CPC 27 o qual apresenta o tratamento sobre ativos imobilizados. O objetivo principal é analisar quais as principais mudanças e identificar se ocorrem benefícios com a adoção, para com isso propor um modelo de roteiro de adequação para ativo imobilizado, que será utilizado como base para treinamento de novos colaboradores e também poderá ser utilizado para divulgar os serviços que presta aos clientes, possibilitando um maior entendimento de ambas as partes. Procurou-se identificar e conceituar por meio de pesquisas realizadas em fontes bibliográficas como livros, legislações e pronunciamentos contábeis as etapas que vão desde o reconhecimento e os demais efeitos sobre o ativo imobilizado. A metodologia utilizada além da pesquisa bibliográfica é a do estudo de caso, o qual foi aplicado diretamente na Ferrari, questionando gestores, diretores e coordenadores, com intuito de identificar o entendimento de cada entrevistado e a existência de algum documento sobre ativo imobilizado. A análise da pesquisa realizada identificou divergências no entendimento dos entrevistados, os quais apontaram como viável a implementação de um modelo unificado, o qual poderá servir como treinamento para novos colaboradores e também como base para pesquisa em caso de dúvidas a respeito do assunto, melhorando assim o entendimento de todos. Assim conclui-se que a implantação do roteiro trará benefícios para todos, pois tende a diminuir as divergências encontradas a respeito do conhecimento, melhorando assim a comunicação entre os setores e proporcionando qualidade nos serviços prestados, para ser reconhecida nacionalmente como referência em gestão e consultoria de ativos.

Palavras-chave: CPC 27. Ativo imobilizado. Benefícios. Roteiro. Conhecimento.

1 INTRODUÇÃO

As normas internacionais vêm causando muita repercussão nos dias atuais, onde tais alterações e adequações inicialmente atingiram as grandes empresas e as de capital aberto, mas estas são obrigatórias para todas as empresas. Atualmente muitas empresas ainda não adotaram as medidas necessárias para se adequar aos novos padrões contábeis, assim estas empresas podem necessitar de auxílio para realizar a adoção.

A partir destas mudanças que estão ocorrendo num contexto global, e mediante os serviços oferecidos pela Ferrari Organizações e Avaliações Patrimoniais, identifica-se como

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade da Serra Gaúcha.

² Especialista em Contabilidade. Professor nos Cursos de Graduação na FSG. Endereço eletrônico: lindones.lemos@fsg.br.

proposta, prestar um serviço de consultoria voltado para as adequações que são necessárias ser adotadas pelas empresas, para entrar no padrão internacional de contabilidade. Desta maneira, o principal objetivo é analisar os procedimentos para a elaboração de um roteiro de diagnóstico para adequação do ativo imobilizado ao CPC 27, e aplicar o mesmo internamente para treinar os colaboradores, e também o mesmo poderá ser utilizado pelo setor comercial para divulgar este serviço.

Para compor este roteiro é necessário observar a aplicabilidade do CPC 27, identificar se ocorrem benefícios através da adequação das novas normas e apresentar as mesmas aos clientes e colaboradores para um maior entendimento de ambas as partes, além de identificar uma estrutura adequada para o desenvolvimento do roteiro, para que o mesmo possa ser utilizado conforme as necessidades de cada cliente, pois nem todos tem o entendimento necessário para realizar as mudanças que foram impostas pelo CPC. Para a empresa, além de prestar mais um serviço vai complementar os serviços que já presta, podendo aumentar seus clientes e consequentemente seu faturamento, para poder alcançar a excelência nos serviços que presta e poder atingir sua visão, que é ser reconhecida nacionalmente como empresa referência em consultoria e gestão de ativos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O século XXI está marcado por muitas mudanças inclusive para a contabilidade, onde se projeta uma contabilidade padrão a nível internacional, para um melhor entendimento entre investidores e usuários de diferentes localidades, visando à transparência e a comparabilidade das informações disponibilizadas pelas empresas situadas em países diferentes. Foi nesse momento que se viu a oportunidade de introduzir as normas internacionais de contabilidade.

As mudanças começaram a partir da aprovação da Lei 11.638/07 que alterou e revogou alguns dispositivos da Lei anterior a 6.404/76, que até meados de dezembro de 2007 regia os critérios contábeis vigentes no Brasil juntamente com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), mas apresentava diferenças grandes em relação às normas internacionais, já que foi criada em 1976 e não passou por grandes atualizações.

Estas mudanças causaram certa turbulência para a contabilidade brasileira segundo Palácios (2010), pois geraram dúvidas referentes à contabilização, mas a mesma não deve ser culpada e sim vista com uma visão realista da economia mundial envolvendo o Brasil nesta

evolução que veio para beneficiar as empresas, adequando as mesmas ao padrão internacional de contabilidade.

No ano de 2007, criou-se o CPC, órgão responsável por estudar as medidas contábeis e a padronização da contabilidade brasileira com a internacional, o qual é formado por varias entidades que são elas CFC, IBRACON, Fipecafi, Bovespa, Apimec e Abrasca, as quais são responsáveis por buscar uma maneira de compartilhar normas e procedimentos para poder obter uma harmonização das normas, criando assim os pronunciamentos técnicos os CPCs, que tratam das mudanças internacionais de contabilização. Nestes pronunciamentos são divulgadas as medidas em forma de pronunciamentos contábeis, para um melhor entendimento destas mudanças como destaca o próprio CPC (2007, p. 1) onde diz:

[...] o principal objetivo do comitê é fazer com que as normas contábeis brasileiras sejam mais claras e não haja conflitos entre os próprios órgãos reguladores do país. “Hoje o Fisco tem um critério de contabilidade, a CVM e o Banco Central têm outra,” comenta o presidente da Abrasca. Essa falta de harmonia entre os órgãos no que diz respeito às normas contábeis cria uma grande insegurança e dificulta a adaptação das empresas às próprias regras brasileiras. “Estamos pensando no que seja melhor para o mercado brasileiro e visando sempre a harmonização com as regras internacionais,” conta Haroldo Levy, um dos representantes da Apimec no CPC.

Compreendem-se como ativo imobilizado segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995, p. 292), “todos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e de seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com esta finalidade.”

O ativo imobilizado é formado por ativos tangíveis, que são os bens destinados para a manutenção das atividades das empresas e também são destinados para produção ou comercialização de mercadorias ou serviços, que sejam utilizados na empresa por mais de um período ou doze meses, ou como podemos ver no decreto nº 3.000/1999, Art. 301 que diz:

O custo de aquisição de bens do ativo permanente não poderá ser deduzido como despesa operacional, salvo se o bem adquirido tiver valor unitário não superior a trezentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavos, ou prazo de vida útil que não ultrapasse um ano[...]

Já os bens que eram classificados como bens intangíveis dentro do imobilizado, agora são classificados em conta própria e são denominados como aqueles que não têm existência física, ou seja, não podem ser tocados, assim temos como bens intangíveis marcas e patentes, softwares, direitos autorais, fundos de comércio, licenças, lista de clientes, direitos de

comercialização entre outros.

A definição de intangível segundo o CPC 04 (2010) é bem parecida desta abordada pela IAS 38, onde diz que para ser intangível é necessário que ele possa ser vendido ou transferido separadamente independente da intenção de uso da entidade, seja identificável, e possa gerar benefícios futuros para a empresa, portanto em linhas gerais segue a mesma intenção. O intangível deve ser diferenciado também do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura ou *goodwill*, que é uma combinação de negócios onde há expectativa de benefício futuros gerados por estes ativos.

Faz parte do ativo imobilizado segundo o CPC 27 (2009, p. 4) “os custos que trarão futuros benefícios para a entidade.” Para colocar um ativo imobilizado em condições de uso podem ser necessários alguns serviços, como peças de reposição e ferramentas que também podem ser classificadas como imobilizado, desde que tenha uma durabilidade superior a um ano. Conforme o CPC 27 (2009, p 5) “os custos inicialmente incorridos para adquirir ou construir um bem, ou para substituir peças ou até mesmo renová-los, dar manutenção e reparos, podem ser reconhecidos como custos e reconhecidos como imobilizado na data em que os mesmos ocorrem.”

Ainda temos custos atribuídos diretamente que segundo Santos (2011) podem ser a preparação do local, frete, custos com recebimento e instalação, montagem, bem como testes feitos para verificar se o ativo está realmente funcionando, honorários de profissionais entre outros. Já os custos incorridos para transferências ou reinstalação de algum item, ou também prejuízos operacionais incorridos em quanto à demanda do ativo é estabelecida, não são incluídos como custos do bem, portanto não fazem parte de seu valor contábil. Já a reavaliação podia ser reconhecida após a contabilização, porém com as mudanças estabelecidas pela Lei 11.638/07 não é mais possível esta opção.

Referente à mensuração após o reconhecimento segundo Santos (2011, p. 27) “se permitida por lei, à entidade deve optar pelo método de custo ou pelo método de reavaliação como sua política contábil e deve aplicar essa política a uma classe inteira de ativos imobilizados,” portanto mesmo que um bem já esteja lançado contabilmente e este já esteja com algum saldo de depreciação, o mesmo pode ser reavaliado e contabilizado pelo seu valor justo descontando o custo de aquisição e a depreciação, obtendo assim o saldo do ajuste de avaliação.

Mas esta prática não é mais permitida a partir da Lei 11.638/07, mas se observado o

CPC 27, as empresas poderiam realizar a reavaliação no momento da adoção das novas normas, não sendo mais permitido após adotar os novos procedimentos, mas Palácios (2013) destaca que em 2010 as empresas não eram obrigadas a aderir às novas normas, assim muitas empresas acabaram aderindo posteriormente fazendo uma retificação de erro, para corrigir no exercício de 2010.

A reavaliação tem por objetivo dar o valor justo, ou seja, a finalidade é reavaliar e registrar seu valor justo, onde muitas vezes estão com um valor registrado contabilmente, porém este valor é bem inferior do valor real de mercado. Esta valorização se dá principalmente em construções, prédios, terrenos que são adquiridos por um valor, mas com o passar dos anos estes bens ou imóveis são valorizados, obviamente estas avaliações conforme Santos (2011) devem ser feitas a partir de especialistas qualificados, que buscam evidências baseadas no mercado para emitir seus laudos e dar a consistência necessária para contabilizar tal ajuste de avaliação.

Todos os bens que são registrados como ativo imobilizado com o passar do tempo e com o uso vão sofrendo seu desgaste natural ou perda de utilidade, obsolescência, assim estes desgastes são contabilizado em uma conta redutora do imobilizado, esta contabilização denomina-se depreciação.

A depreciação é calculada mensalmente e seu valor é apropriado diretamente ao resultado do exercício, que em contra partida fica em uma conta abaixo do imobilizado denominada depreciação acumulada, assim podemos saber quanto vale realmente o imobilizado da empresa, pois se diminuirmos a depreciação acumulada do valor total pelo qual o bem foi contabilizado, se saberá qual seu valor real (SANTOS, 2011).

Para calcularmos o valor da depreciação devem-se levar em conta vários fatores como a vida útil esperada do bem, para poder alocar o percentual de depreciação correta. Já o método de depreciação também pode variar de acordo com o que a empresa se identificar melhor, pois há varias formas de calcular a depreciação societária já que para fins tributários deve-se seguir o regulamento do decreto nº 3.000, de 1999.

As taxas de depreciação aceitas fiscalmente são determinadas pelo decreto nº 3000, de 1999 onde máquinas e equipamentos, instalações e móveis e utensílios tem uma depreciação fixada em 10%a.a. e uma vida útil estimada em 10 anos, já os veículos e sistemas de processamento de dados tem uma depreciação maior que é de 20%a.a. e conseqüentemente uma vida útil menor que é de 5 anos, e os edifícios tem uma vida útil ainda maior e é de 25

anos assim eles tem uma depreciação menor que é de 4% a.a..

São vários os métodos de depreciação que podem ser utilizados para registrar o desgaste dos bens. O CPC 27 (2009, p. 15) também trata desta possibilidade de poder escolher o método que se identifica melhor com a empresa, onde diz que:

Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para apropriar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. Tais métodos incluem o método da linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas [...]

[...] A entidade seleciona o método que melhor reflita o padrão do consumo dos benefícios econômicos futuros esperados incorporados no ativo. Esse método é aplicado consistentemente entre períodos, a não ser que exista alteração nesse padrão.

A amortização se dá a perda de valor do ativo intangível, ou bens imateriais, incorpóreos ao longo de sua vida útil. O intangível era parte do imobilizado até a chegada das normas internacionais de contabilidade, que fez com que o intangível deixasse de fazer parte do ativo imobilizado e passasse a ter uma conta própria. Conforme Santos (2011) o tratamento ao intangível é muito parecido com o imobilizado, sendo que a principal diferença é que o imobilizado são bens corpóreos e o intangível são bens incorpóreos, não podemos tocá-los, mas sabemos que existem e fazem parte do patrimônio da empresa.

Da mesma forma que o imobilizado, no intangível também há perda de valor ao longo do tempo, com tudo no intangível esta perda se chama amortização. Mas nem todo o intangível tem amortização, pois certos não tem como estimar uma vida útil, “considera-se de vida útil indefinida o ativo intangível que não pôde ter o seu período de geração de benefícios futuros estimado pela empresa” segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p. 331).

A exaustão se aplica a bens classificados como exploração de recursos minerais, jazidas, florestas entre outros, cuja exploração destes recursos se esgote no decorrer do tempo ou são de exaurimento determinado. A regulamentação se dá através do decreto nº 3000/1999, Art. 330, o qual deixa claro quais casos podem ter exaustão e quais casos são vetados da exaustão, assim o decreto diz que:

Poderá ser computada, como custo ou encargo, em cada período de apuração, a importância correspondente à diminuição do valor de recursos minerais, resultante da sua exploração (Lei nº 4.506, de 1964, art. 59).

§ 1º A quota de exaustão será determinada de acordo com os princípios de depreciação (Subseção II), com base no custo de aquisição ou prospecção, dos recursos minerais explorados (Lei nº 4.506, de 1964, art. 59, § 1º).

§ 2º O montante da quota de exaustão será determinado tendo em vista o volume da produção no período e sua relação com a possança conhecida da mina, ou em função do prazo de concessão (Lei nº 4.506, de 1964, art. 59, § 2º).

§ 3º O disposto neste artigo não contempla a exploração de jazidas minerais inesgotáveis ou de exaurimento indeterminável, como as de água mineral.

A exaustão conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995) é semelhante há depreciação e a amortização, onde é estimado um período de extração, ou uma capacidade de extração no caso de minas, por exemplo, onde se estima a extração de 800.000 toneladas de produto, com base nesta estimativa se calcula a exaustão, desta forma este total será dividido pela extração que ocorreu no ano, por exemplo, 10.000 toneladas no ano, assim se encontrará seu percentual de exaustão que será aplicado no total que está contabilizado, neste caso o percentual será de 1,25% no ano.

O *impairment test* ou teste de recuperabilidade é mais uma alteração que veio com a Lei 11.638/07, encontra-se também no CPC 01 e tem por objetivo verificar se as empresas possuem o valor contabilizado correspondente ao valor real do bem no mercado, ou seja, ele é utilizado quando o valor contábil é maior que o seu valor real de mercado, tratando assim sobre ativos relevantes com índice de desvalorização econômica. Esta desvalorização é avaliada através do teste de *impairment*, que deve ser aplicado conforme o CPC 01 (2010) periodicamente antes de contabiliza-los no balanço, como mostra a Lei 11.638/07 em seu artigo 183:

A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (LEI 11.638/07, Art.183, § 3º).

Assim a empresa poderá ter seu valor residual sempre atualizado, pois este teste tem como objetivo segundo o CPC 01 (2010) mostrar o seu valor de mercado atual e a vida útil do bem, pois em muitos casos o imobilizado apresenta um valor maior do que realmente vale no mercado, portanto se o valor contábil for maior que o apresentado pelo teste de *impairment* o mesmo deverá ser baixado, está baixa se dará como despesa com perda de recuperabilidade.

Desta maneira o CPC 01 (2010) deixa claro que se o bem que sofreu a desvalorização

e não foi reavaliado, a perda por desvalorização deve ser contabilizada diretamente no resultado, porém se for um bem que já foi reavaliado e o mesmo ainda possuir saldo de avaliação para ser depreciado, a perda deve ser diminuída deste saldo.

Os bens classificados no imobilizado devem ser baixados quando não podem mais gerar recursos para a empresa, isso pode acontecer devido ao seu uso, chegando ao final de sua vida virando apenas sucata, como pode também este bem não ser mais utilizado pela empresa devido à substituição deste por outro com tecnologia nova, portanto deve ser retirado do imobilizado.

Segundo o CPC 27 (2009, p. 16) a baixa deve ser efetuada quando “o valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado por ocasião de sua alienação, ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.” Estes bens quando são baixados deve-se observar o seu valor residual, pois se o mesmo tiver um residual alto e ele não for vendido por um valor maior que o residual gerará perdas decorrentes da venda de imobilizado, como poderá ser vendido por um valor maior que o residual gerando assim um ganho de capital.

A empresa deve divulgar em notas explicativas as demonstrações contábeis, na parte que cabe aos ativos tangíveis deve explicar cada subgrupo que se encontra dentro do ativo, como por exemplo, máquinas, computadores, terrenos explicando cada subgrupo, dentre os principais pontos deve-se citar o tipo depreciação, qual vida útil do bem, qual seu valor residual estimado.

O CPC 27 (2009) menciona também a importância de demonstrar qualquer mudança de estimativa ou retificações de erros que tenham impacto no mesmo período ou em períodos posteriores, mudanças estas como em valores residuais, vida útil, métodos de depreciação entre outras mudanças relevantes. Também cabe demonstrar os valores referentes a reavaliações de bens, quando permitido por lei, devendo demonstrar principalmente a data da reavaliação, métodos aplicados para obter o valor justo dos bens, e também a diferença apresentada com esta reavaliação, que pode aumentar o valor do ativo como pode diminuir.

Para um melhor controle dos procedimentos a serem adotados para fazer a adequação do ativo imobilizado conforme CPC 27 se faz necessário à criação de um roteiro de adequação com todas as etapas. Segundo Dias (2010, p. 43) este roteiro “representa o direcionador de todos os processos desenvolvidos pela empresa, logo, abrange a totalidade de procedimentos e rotinas necessários para sua aplicação.” O roteiro deve ser de fácil

compreensão, para que as pessoas ao lerem o roteiro possam entender facilmente os procedimentos a serem seguidos.

3 METODOLOGIA

A metodologia é nada menos que o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos traçados, é a forma pela qual buscamos resolver os problemas e encontrar as respostas para as necessidades e dúvidas. Segundo Beuren (2009, p. 76), “os delineamentos possuem um importante papel na pesquisa científica, no sentido de articular os planos e estruturas a fim de obter respostas para os problemas de estudo.” Complementa ainda que “não há um tipo de delineamento particular para o estudo de questões à contabilidade, encontra-se tipos de pesquisas que mais se ajustam à investigação de problemas desta área do conhecimento.” Já Michel (2005, p. 51) defende que “a metodologia científica é um caminho que procura a verdade num processo de pesquisa, ou aquisição de conhecimento; um caminho que utiliza procedimentos científicos, critérios normatizados e aceitos pela ciência.”

Toda pesquisa tem seus objetivos, estes são classificados mediante algum critério, assim é possível classificar as pesquisas em relação aos seus objetivos mais gerais. Diante de diversas modalidades de pesquisa há utilizada pelo pesquisador se encaixa na exploratória, a qual é bastante flexível, como mostra Gil (2010, p. 27):

As pesquisas exploratórias têm como propósito maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.

A pesquisa exploratória tem como complemento a estratégia metodológica estudo de caso com abordagem qualitativa dos dados. A pesquisa inicialmente foi focada na obtenção de informações pela forma bibliográfica, a fim de buscar informações em livros e leis que regulamentam e dão sustentabilidade ao objeto de estudo, como nos mostra Michel (2005, p. 36) onde diz que “a pesquisa descritiva tem o propósito de analisar, com a maior precisão possível, fatos ou fenômenos em sua natureza e características, procurando observar, registrar e analisar suas relações, conexões e interferências.”

Após foi complementada com o estudo de caso, devido à necessidade de obter informações não somente de levantamento de fontes bibliográficas, mas também a necessidade de envolver pessoas que foram importantes para fundamentação das mudanças

propostas, conseguindo assim atingir os objetivos na estruturação do roteiro, encaixando-se assim neste método. Conforme entendimento de Gil (2010, p. 119) onde diz que:

Os estudos de caso requerem a utilização de múltiplas técnicas de coleta de dados. Isto é importante para garantir a profundidade necessária ao estudo e a inserção do caso em seu contexto, bem como para conferir maior credibilidade aos resultados. Mediante procedimentos diversos é que se torna possível a triangulação, que contribui para obter a corroboração do fato ou do fenômeno.

Este trabalho, por ter uma pesquisa exploratória, envolveu várias etapas, uma delas necessitou de uma investigação com base em fundamentações teóricas, esta feita em livros observando a posição dos autores sobre o assunto. Segundo Michel (2005, p. 34) “a pesquisa teórica é a atividade de pesquisa que se preocupa em montar e desmontar, criticar e reconstruir teorias existentes.” As leis e órgãos envolvidos na área em que trata o objeto de estudo foram abordadas para dar maior sustentabilidade aos autores e os métodos por eles utilizados, e também para o levantamento bibliográfico o qual compõe parte do objeto de estudo. Conforme Michel (2005, p. 39) a análise documental “trata-se da consulta aos documentos, aos registros pertencentes ao objeto de pesquisa estudado, para fins de coletar informações úteis para o entendimento e análise do problema.”

Outra parte da pesquisa realizada foi com pessoas com experiência na área estudada, esta parte se enquadra no estudo de caso realizado com pessoas da própria empresa em estudo, ligadas diretamente aos setores gerenciais como coordenadores e gerentes, por terem maior experiência e conhecimentos no objeto de estudo, possibilitando melhores resultados, pois estão envolvidos diretamente com o problema em questão, além de terem maior possibilidade de analisar a viabilidade de implementar esta proposta de roteiro. Esta pesquisa se enquadra no modelo qualitativa, assim é composta de questionário o qual foi aplicado a estas pessoas, as quais são importantes para uma análise mais profunda sobre o caso abordado e a estruturação da proposta, a fim de poder explorar o máximo possível todas as informações e possibilidades.

Em uma entrevista pode-se encontrar vantagens segundo Michel (2005) como, maior flexibilidade nas perguntas, pois pode-se obter maiores esclarecimentos ou confirmações a respeito do que está sendo questionado, maior oportunidade de avaliar atitudes ou condutas, possibilita a obtenção de informações mais precisas, permite dados qualificados e relevantes, os quais não se encontram em fontes documentais, entre outras vantagens. Mas Michel (2005) também desta que podemos encontrar limitações que podem ser como dificuldade de

expressão entre ambas as partes, disposição do entrevistado em fornecer as informações necessárias, ocupa muito tempo e é difícil de ser realizada, entre outras dificuldades.

Para se aplicar uma entrevista temos que observar algumas diretrizes como a elaboração das perguntas, as quais são semiestruturadas para deixar os entrevistados mais a vontade e poder solicitar maiores detalhes, deve-se ter um contato inicial, com intuito de explicar qual a finalidade, o objetivo e a importância de sua colaboração para a entrevista, durante a entrevista devemos fazer o registro das respostas, anotando as mesmas com as mesmas palavras usadas pelo entrevistado e ao termino deixar a possibilidade de um novo contato para eventuais dúvidas ou esclarecimentos que possam ser necessários (MICHEL, 2005).

Neste trabalho utilizou-se uma entrevista semiestruturada com um questionário aberto, deixando assim mais liberdade para desenvolver e criar mais argumentos sobre o assunto em questionamento, pois envolveu perguntas abertas e estas possibilitam maior liberdade para desenvolver o assunto em questão, possibilitando explorar mais amplamente uma questão, gerando maior conhecimento e obtendo assim as informações necessárias para conclusão da observação e análise documental, além da viabilidade do objeto em questão. A entrevista segundo Michel (2005, p. 42) “é considerada um instrumento de excelência da investigação social, pois estabelece uma conversação face a face, de maneira metódica, proporcionando ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária.”

Na medida em que as entrevistas eram aplicadas procurou-se observar se as mudanças que aconteceram em relação ao imobilizado estavam sendo aplicadas e se havia algo que documentasse este processo, pois para executar estas mudanças é preciso ter certo nível de conhecimento, e para alcançar tal conhecimento necessita-se de um bom treinamento, assim se surgissem dúvidas as mesmas poderiam ser solucionadas mediante documento que contenha todas as mudanças referentes a imobilizado. Estas informações poderiam ser utilizadas até mesmo pelo setor comercial, o qual entra em contato direto com o cliente, facilitando a apresentação para o cliente o qual poderia entender com maior facilidade as mudanças que são necessárias.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Baseado na entrevista que foi aplicada aos colaboradores da Ferrari, percebe-se que na

maioria das questões identificamos divergências entre as respostas, de modo que fica claro que há falta de comunicação entre os diversos setores, podendo ser percebida esta diferença de entendimento desde a primeira questão aplicada, onde se questiona como o cliente chega até a Ferrari, e a maioria afirmou a mesma resposta, mas alguns entendem que é de forma diferente, já quando questionados sobre a abordagem ao cliente, percebeu-se um entendimento mais consistente, onde não houve muita divergência de respostas.

Nas questões seguintes procurou-se entender como é vista a necessidade do cliente, onde apurou-se diferentes entendimentos sobre este ponto, de forma que para uns a necessidade é vista durante o contato comercial, para outros ela é percebida após o início dos trabalhos, apesar de alguns afirmarem que são expostos todos os serviços prestados pela Ferrari, mas há quem discorda e diz que não é feito por todos, assim percebe-se que a comunicação entre setores como foi questionada na sequência também apresenta divergências.

Da mesma forma que na questão anterior, ao serem questionados sobre a existência de algum modelo que contenha informações de todos os setores, apresentaram-se respostas diferentes, onde uns entendem que estas informações estão nos folders, já outros entendem que se trata do manual da ISO, mesmo entendimento obtido no questionamento sobre a tentativa de implantar um documento unificado. Mas quando questionados sobre a viabilidade de criar um modelo unificado, todos concordaram, complementado que será válido ter um documento unificado para todos obterem o mesmo entendimento, inibindo possíveis erros, melhorando o desempenho nas atividades, gerando vários benefícios para a empresa.

Através da aplicação deste roteiro será aperfeiçoado o conhecimento de todos para poder alcançar um padrão de entendimento entre todos os colaboradores. Com isso será possível resolver a maioria dos pontos divergentes que foram encontrados com a entrevista, como a identificação da necessidade do cliente, que será desenvolvida com maior facilidade, como também oferecer todos os serviços a respeito do ativo imobilizado, ainda podendo facilitar a comunicação entre os setores, pois sabendo quais serão as próximas etapas é possível identificar particularidades durante a execução dos trabalhos passando estas informações aos demais setores.

Outro ponto levantado e que poderá ser resolvido é quanto à existência de um único roteiro que contemple todos os serviços prestados e possa estar disponível para todos terem acesso, pois este ponto gerou bastante divergência aonde foi apontada a existência de folders, do

manual da ISO, os quais não contemplam as mesmas informações que deverão compor este roteiro, sendo elogiado pela maioria dos entrevistados quando questionados sobre a viabilidade deste roteiro, onde todos concordaram que será válida a composição e será interessante principalmente para novos colaboradores, que terão um material completo a disposição em caso de dúvidas.

Assim mediante a composição deste roteiro, executando um treinamento com todos os envolvidos nas diversas áreas, será possível padronizar o conhecimento de todos, melhorando a agilidade e o desempenho na realização dos serviços, evitando erros que possam comprometer o desenvolvimento dos trabalhos, atingindo a eficiências nos trabalhos realizados, para que a empresa possa alcançar a sua visão que é ser reconhecida até 2015 como empresa referência em consultoria e gestão de ativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as mudanças que ocorreram, marcadas principalmente pela lei 11.638/07, a qual proporcionou uma transparência e agilidade na elaboração das informações, possibilitando assim que os procedimentos fossem emitidos e divulgados pelo CPC, órgão responsável pela divulgação das informações sobre a convergência aos padrões internacionais. Destacando-se assim o CPC 27 o qual está voltado aos ativos classificados como imobilizado, apresentando uma serie de mudanças em reação aos procedimentos existentes.

Desta forma é de suma importância à compreensão destas alterações por parte dos profissionais contábeis tanto para empresa como para o profissional, o qual deve ser capaz de compreender os impactos destas alterações durante a contabilização na empresa em que atua, tendo capacidade de diferenciar um ativo imobilizado, bem como seus custos, a mensuração da vida útil, a depreciação e todos os elementos que são orientados pelo CPC 27.

Tendo em vista o objetivo de criar um roteiro elencando todos os processos de adequação referentes ao ativo imobilizado e as principais mudanças que ocorreram, com o intuito de melhorar a comunicação e o conhecimento entre todos na empresa, a qual tem evoluindo constantemente e vem buscando sempre ampliar a qualidade de seus serviços, assim identificou-se a viabilidade em padronizar os conhecimentos.

Através da pesquisa realizada com os colaboradores da Ferrari, constatou-se que este modelo de relatório será viável e poderá trazer benefícios futuros para empresa, pois não foi

identificado nenhum treinamento ou base para que se possa realizar alguma pesquisa em caso de dúvidas, como também apresentou divergências no entendimento dos entrevistados, limitando-se na maioria dos casos ao próprio setor, os quais possuem apenas os folders para explicar superficialmente como são executados os trabalhos.

Conclui-se que a implantação do roteiro de adequação ao ativo imobilizado poderá beneficiar todos os setores, inclusive o comercial que é o setor que mais tem contato com os clientes, além dos técnicos que são responsáveis pelas vistorias e execução dos trabalhos. Além de poder auxiliar como base para novos colaboradores, os quais estarão sempre atualizados e com um conhecimento padronizado, proporcionando trabalhos com qualidade, buscando cumprir a missão da empresa em ser reconhecida nacionalmente como referência em gestão e consultoria de ativos.

6 REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (Org.) **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CPC. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. 2007. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

DECRETO Nº 3000, DE 26 DE MARÇO DE 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm>. Acesso em: 01 maio 2013.

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. **Manual de controles internos: desenvolvimento e implantação, exemplos e processos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IAS 38 ATIVOS INTANGÍVEIS, DE 01 DE JANEIRO DE 2011. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/Port2011/IAS38.pdf>>. Acesso em: 28 de abri. 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 08 abri. 2013.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de contabilidade internacional IFRS – US Gaap – BR Gaap**: teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PALÁCIOS, Antônio Carlos. O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais. In: Revista CRCRS. Porto Alegre, RS, CRC, N.º 1, Mai. 2010. ISSN 1806-9924.

PALÁCIOS, Antônio Carlos. **Reavaliação: Ainda pode?** In: **Revista CRCRS**. Porto Alegre, RS, CRC, N.º 14, Mar. 2013. ISSN 1806-9924.

SANTOS, Cleônimo dos. **Depreciação dos bens do ativo imobilizado**: aspectos práticos. 4. ed. São Paulo: IOB, 2011.